

# SENGE

## Em Notícias

JULHO/2008

Impresso Especial

000817/2005-ECT/DR/GT  
SENGE - GO

...CORREIOS...



INFORMATIVO DO SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE GOIÁS

Visite nosso site acessando [www.senge-go.org.br](http://www.senge-go.org.br)

## Já somos uma potência do petróleo?



Os recentes anúncios da descoberta de grandes reservas de petróleo no litoral brasileiro, principalmente no campo de pré-sal da Bacia de Santos, provocaram euforia no governo e na sociedade, principalmente entre os profissionais da engenharia e geologia. Para o presidente da Associação de Profissionais dos Geólogos do Centro-Oeste (Ageco), Nassri Bittar, o País se tornará um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Ele não dá boas notícias aos brasileiros sobre possível redução nos preços dos combustíveis, mas reconhece que as descobertas são alvissareiras.

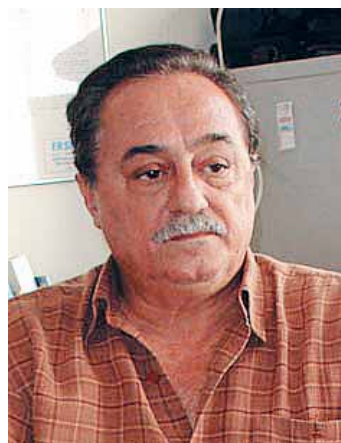
O campo de pré-sal, na Bacia de Santos, era conhecido desde 1974, com algumas sondagens iniciais e produção nos pontos mais rasos dele. “Mas o custo de operação era muito alto. Segundo declarações do presidente da Petrobras, gira em torno de US\$ 27 o barril, enquanto o custo atual de produção no Brasil, em águas mais rasas, é de US\$ 7 o barril. Enquanto foi possível usar o petróleo mais barato nós usamos. A um custo de produção de até US\$ 40 por barril, com cotação de 100 dólares no mercado, compensa. Como hoje ele está próximo dos 150 dólares, se torna altamente viável”, afirma Bittar.

Se confirmar as primeiras previsões o Brasil dará um salto quantitativo muito grande, pois pode sair da 24ª posição para ficar entre os dez maiores produtores de petróleo, superando a Nigéria ou a Venezuela, com a exploração apenas do Campo de Tupi. “Isso significa aumentar em 10 vezes as reservas brasileiras de petróleo. Já existem estudos para saber a interligação dessa área da camada de pré-sal. Ela vai do Espírito Santo até Santa Catarina, com 800 quilômetros de extensão por até 200 quilômetros de largura. Ela pode ser maior. A companhia petrolífera do Uruguai anunciou que estão sendo feitos estudos na camada de pré-sal de seu litoral, com grandes

chances de descoberta de petróleo, aumentando assim as possibilidades de um campo contínuo. Também existe muito gás natural”, declara o presidente da Ageco.

Um dos desafios é transportar esse petróleo, já que as plataformas podem ficar até a 200 quilômetros do continente. Mas as pesquisas parecem não ter limite. Existem até estudos futuristas de cidades flutuantes, hidroelétricas e termoelétricas flutuantes, com transmissão de energia através de cabos submarinos.

Para Bittar o País tem profissionais qualificados para enfrentar estes desafios. “A prova é a Petrobras, uma empresa de ponta em nível mundial, que se não detém a tecnologia mais apurada, está entre as primeiras do mundo em perfuração em grandes profundidades. Com essa expansão da mineração, já que não é só o petróleo, um exemplo são as últimas descobertas de minérios em Goiás, o número de geólogos trabalhando em nosso estado é de aproximadamente 400. Até pouco tempo eram raros. Hoje existe uma oferta de emprego, o que é muito bom para os profissionais da área”, afirma.



Nassri Bittar  
Presidente da Ageco

### ART

Não deixe de anotar o nome do SENGE-GO na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), no campo “Entidade de Classe”. É uma contribuição indispensável para o combate do exercício ilegal da profissão e uma importante receita para a nossa entidade manter todos os serviços prestados aos associados. Portando não esqueça de preenchê-la, lembrando que os profissionais não sindicalizados também devem fazer a anotação.

**Eleição no Crea** ..... Pg. 03

**Estatuto do Pedestre** ..... Pg. 05

**Viadutos na 85** ..... Pg. 06

# Transparência e tributos

Há uma campanha deliberada no País, liderada por grandes empresários, para reduzir o chamado "Custo Brasil". Discute-se muito o excesso de tributos e impostos cobrados do povo brasileiro. Pode até ser, mas não é o foco mais importante. A questão principal é a aplicação correta e honesta dessa montanha de recursos. É preciso e urgente qualificar serviços públicos, como educação, saúde, segurança e infra-estrutura.

Não é possível o cidadão desembolsar tanto dinheiro e ainda pagar planos de saúde, escolas particulares caríssimas, investir em aparatos de segurança, como alarmes e seguros de carros e casas, construir muros com cercas elétricas e contratar seguranças. Se não bastasse, o brasileiro ainda tem que enfrentar os desafios das rodovias esburacadas e em péssimas condições de conservação. Sem falar que não temos ferrovias e nenhuma logística, fatores que agregados encarecem significativamente o custo de circulação de produtos e serviços, contribuindo para inflacionar nossos alimentos, material de construção e tudo que é transportado

neste País.

É nesses serviços que a sociedade precisa exigir dos governos o investimento do dinheiro arrecadado com impostos. A cobrança deve ser imediata, urgente. É possível uma mudança de comportamento dos nossos administradores.

O uso correto do dinheiro arrecadado do nosso associado tem pautado as ações do Senge-GO. O exemplo são os investimentos, as prioridades e a transparência em nosso Sindicato, que possibilitaram a manutenção de uma sede moderna, de um consultório odontológico equipado e profissionais qualificados, de um departamento jurídico atuante e de um plano de saúde das melhores cooperativas de médicos do País. Sem falar de outros serviços, como convênios.

No dia 01 de Julho deste ano o Conselho Fiscal do Senge-GO aprovou as contas da diretoria da entidade. Na oportunidade foi feita a análise dos relatórios contábeis e dos quadros da prestação de contas, referente ao período de janeiro a dezembro de 2007, onde foi apurado:

## BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO ENCERRADO EM 31/12/2007

ATIVO	2006	2007	TOTAL	PASSIVO	2006	2007	TOTAL
<b>ATIVO CIRCULANTE DISPONÍVEL</b>	<b>211.314,87</b>	<b>179.916,96</b>		<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>11.737,19</b>	<b>7.600,31</b>	
Caixa Geral				<b>OBRIGAÇÕES PREVIDENCIARIAS/TRIB</b>			
Bancos C/Movimento	2.179,82	3.670,43		Pis s/ Folha a Pagar	6,88	886,22	879,34
Bancos C/Aplicação	22.945,56	9.218,45	1.490,61	IRRF	1,50	41,40	39,90
Despesas Antecipadas	186.189,49	167.028,08	(13.727,11)	INSS e ISS	3.473,31	2.165,70	(1.307,61)
	0	0	(19.161,41)				0,00
			0,00	<b>CREDORES DIVERSOS</b>			0,00
<b>ATIVO PERMANENTE IMOBILIZADO</b>	<b>255.557,66</b>	<b>311.808,02</b>		Previsões s/ folha	0,00	0,00	0,00
Casa Sede	123.030,99	123.030,99	0,00	Honorários a Pagar	0,00	0,00	0,00
Reforma da Sede	84710,19	88975,67	4.265,48	Cheques a Compensar	8.255,50	4.506,99	(3.748,51)
Máquinas e Equipamentos	35.025,44	62.833,44	27.808,00				0,00
Mobiliários e Instalação	12.791,04	36.967,92	24.176,88	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>			0,00
				Patrimônio Social Realizado	455.135,34	484.124,67	28.989,33
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>466.872,53</b>	<b>491.724,98</b>	<b>24.852,45</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>466.872,53</b>	<b>491.724,98</b>	<b>24.852,45</b>

O balanço completo está disponível na sede e no site do Sindicato

## Serviços oferecidos pelo Senge

### Consultório odontológico na sede do Sindicato

- atendimento odontopediátrico e campanhas de aplicação de flúor para os filhos dos associados.

### Convênio odontológico

- convênios com odontólogos de diversas especialidades, inclusive para emergência, com atendimento 24 horas.

### Convênio médico

- convênios médicos em todas as especialidades. Para ser atendido basta o associado pegar uma autorização no sindicato.

### Fundo de saúde

- é uma parceria do sindicato com a Unimed, com cobertura em consultas, procedimentos cirúrgicos e internação.

### Convênio com laboratórios médicos

### Assistência Jurídica Trabalhista

**Endereço do Senge:** Av. Portugal, N° 482, St. Oeste, Goiânia-GO. Telefones: 3251.8181 / 3251.8967  
E-mail: [senge-go@uol.com.br](mailto:senge-go@uol.com.br)



Triênio 2007/2010  
Órgão de divulgação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás

#### Presidente

João Batista Tibiriçá  
Eng° Civil

#### Diretoria

Olavo Moreira Filho  
Eng° Eletricista

Gerson Tertuliano  
Eng° Eletricista

Marcos Rogério Nunes  
Eng° Agrônomo

Antônio Augusto Soares Frasca  
Geólogo

Luiz Carlos Carneiro de Oliveira  
Eng° Eletricista

Celina Pereira de Jesus  
Eng° Eletricista

Eliane Carvalho Lima  
Eng° Civil

Cláudio Henrique B. Azevedo  
Eng° Eletricista

Idalino Serra Hortêncio  
Eng° Civil

José Augusto L. dos Santos  
Eng° Eletricista

Eduardo James de Moraes  
Eng° Civil

Caio Antônio de Gusmão  
Eng° Civil

Annibal Lacerda Margon  
Eng° Agrônomo

**Conselho Fiscal**  
Jefferson Jacks Carneiro  
Eng° Mecânico

Lúcio Flávio Silveira  
Eng° Civil

José Luiz Barbosa Araújo  
Eng° Agrônomo

João Dib Filho  
Eng° Eletricista

Marcelo Emilio Monteiro  
Eng° Agrônomo

Argemiro Antônio F. Mendonça  
Eng° Civil

**Representantes na F.N.E.**

Idalino Serra Hortêncio  
Eng° Civil

Marcus Vinicius de A. Xavier  
Eng° Civil

João Guimarães de Barros  
Eng° Civil, Metal. e de Minas

Silenio Marciano de Paulo  
Eng° Civil

**Jornalista Responsável**  
Ailton C. Barros

Circulação gratuita entre os associados.  
Endereço: Av. Portugal, N° 482 Setor Oeste, Goiânia-GO  
Telefones: 251.8181 / 251.8967  
E-mail: [senge-go@uol.com.br](mailto:senge-go@uol.com.br)  
Site: [www.senge-go.org.br](http://www.senge-go.org.br)

Todos os artigos e citações aqui divulgadas são de responsabilidade da Diretoria. Assinaturas são de responsabilidade dos autores e não correspondem necessariamente à opinião do Jornal.

# Presidente eleito do Crea defende a união da categoria



O engenheiro civil Gererson Taguatinga, eleito presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Goiás, recebeu a reportagem do Informativo Senge em Notícias. Nessa entrevista ele fala das denúncias de irregularidade na eleição e das prioridades da próxima administração do Conselho. A nova diretoria assume em janeiro de 2009, para um mandato de três anos.

**Senge – Qual a análise que o senhor faz da eleição no CREA?**  
**Taguatinga** – Podemos tirar várias conclusões sobre a eleição no Crea, começando pela baixa participação dos profissionais.

Pouco mais de 27%, daqueles que estão aptos a votar, compareceram às urnas. Essa elevada abstenção não é um problema apenas dessa eleição e não acontece só no Sistema. Ela é generalizada e está presente na maioria das entidades de classe.

**Senge – De quem é a responsabilidade pelo desinteresse dos profissionais?**

**Taguatinga** – É difícil apontar culpados e determinar as causas dessa falta de motivação. Mas o setor tecnológico brasileiro vem de uma seqüência de 10 a 15 anos em crise, com reflexos perversos em várias categorias, como os profissionais ligados ao Sistema Confea/Crea. Só a partir do final do ano passado a economia apontou uma direção positivo para o setor, gerando um momento de expansão dos negócios e empregos.

**Senge – O senhor foi eleito com 42% dos votos. Não é um nú-**

**mero baixo?**

**Taguatinga** – Eu acho que fui eleito com uma votação estrondosa, se observarmos que tive 42% dos votos e eram seis candidatos concorrendo à presidência do Crea.

**Senge – Alguns candidatos acusaram o uso da máquina administrativa do Crea na campanha do senhor.**

**Taguatinga** – Quem faz esse tipo de denúncia precisa provar. O presidente do Crea tem o direito de votar em quem ele quiser.

Nesse ano eu visitei 31 cidades do Estado e em nenhuma eu fui com o presidente. Fui no meu carro e tenho os comprovantes dos hotéis onde hospedei e de todas as minhas despesas de campanha.

**Senge – Uma das denúncias é o uso de camisetas da campanha do senhor, por parte de funcionários do Crea, no dia da**

**eleição?**

**Taguatinga** – Que eu saiba não. Tinham conselheiros usando camisetas da minha campanha, como tinha conselheiros usando camisetas de outros candidatos. Agora, nada impede que um funcionário de férias ou de folga use a camiseta do candidato que ele quiser. Mas a eleição é passado. Como presidente do Crea eu vou tratar todos de forma igual.

**Senge – Quais serão os principais objetivos da administração Taguatinga?**

**Taguatinga** – A interiorização do Crea e a união da categoria. E para isso é preciso valorizar e fortalecer as entidades de classe já existentes e chamar as lideranças, das que estão irregulares, para regularizá-las. Nós vamos ajudar nesse processo. A eleição do Crea é uma página virada. Eu quero conchamar todos os profissionais, independente se comungam ou não das minhas idéias, a lutar pela categoria. A paz, a harmonia e a concórdia devem ser a argamassa que vai unir todos os profissionais de Goiás.

*“A paz, a harmonia e a concórdia devem ser a argamassa que vai unir todos os profissionais de Goiás”*

## Programa de P&D Celg

O Programa de P&D CELG retrata o esforço da companhia na busca de inovações, que façam frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica. Diferente da pesquisa puramente acadêmica, que se caracteriza pela liberdade de investigação, a pesquisa empresarial deve ter cronogramas e metas bem definidas.

As atividades de P&D podem ser agrupadas em três categorias principais: Pesquisa Básica Dirigida, Pesquisa Aplicada e Desenvolvimento Experimental.

### Objetivos

O objetivo do P&D é estimular e desenvolver, junto à instituições de pesquisa, pro-

jetos que tragam soluções inovadoras para o setor elétrico brasileiro e que estejam em sintonia com as necessidades da CELG e suas atividades em energia e infra-estrutura.

### Implementação

Os projetos de P&D são executados em ciclos anuais, de acordo com as normas do Programa Anual de P&D do Setor Elétrico. Os projetos, cujas atividades sejam caracterizadas como P&D, podem ser implementados por empresas de energia elétrica isoladamente ou com a participação de instituições públicas ou privadas de ensino e/ou de P&D, bem como de fabricantes de materiais e equipamentos para o setor elétrico ou empresas de

consultoria.

O investimento em P&D é anual e compulsório às empresas do setor elétrico, sendo fixado como um percentual da ROL (Receita Operacional Líquida) da Empresa.

### Áreas de investimento

Eficiência Energética, Energia Renovável, Geração de Energia Elétrica, Transmissão de Energia Elétrica, Distribuição de Energia Elétrica, Meio Ambiente, Qualidade, Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas Elétricos, Medição, Transmissão de Dados por Redes Elétricas, Pesquisa Estratégica.

### Administração do programa

A partir do ano de 2006,

as atividades de planejamento, elaboração, controle e acompanhamento do programa de P&D são realizadas por um grupo de profissionais da companhia (**Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento CELG**).

### Apresentação de projetos

Dentro das normas ANEEL, os interessados na apresentação de novos projetos deverão elaborar uma proposta utilizando-se do formulário eletrônico de projetos de P&D, disponível no site da ANEEL, e encaminhá-los para o e-mail ped@celg.com.br, para conhecimento do Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento da CELG, o qual participará ao interessado sobre o andamento da proposta na companhia.

# SENGE Notícias

## ABAR

Parabéns ao presidente da Agência Goiana de Regulação (AGR) e integrante do Senge-GO, engenheiro Wanderlino Teixeira de Carvalho, pela eleição para presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação (ABAR). É a valorização dos profissionais goianos.

## Rodovias

A recuperação de mais de dois mil quilômetros de rodovias federais em Goiás só vai começar no início do período chuvoso, segundo informações do Dnit, divulgadas no final de junho, quando foi anunciada a liberação de R\$ 180 milhões para as obras.

## Emprego e negócios

O site do Senge-GO ([www.senge-go.org.br](http://www.senge-go.org.br)) está oferecendo novos serviços aos profissionais da engenharia: o Bolsa Emprego e o Bolsa Negócio.

### Bolsa Emprego

Visa ampliar as possibilidades de inserção dos profissionais ligados ao Sindicato no mercado de trabalho, interagindo o contratante e o contratado. Ele oferece vagas a serem preenchidas por engenheiros, arquitetos e geólogos.

O profissional que está à procura de emprego também pode se cadastrar, inserindo no site o seu currículo.

### Bolsa Negócio

O Bolsa Negócio é mais uma opção para os profissionais, que podem encontrar no endereço eletrônico do Senge-GO propostas de negócios. As empresas e os profissionais também podem se cadastrar no site.

*As duas pastas estão na área de serviço do site, do lado esquerdo da tela do monitor.*

## Carestia, falta ou crise anunciada de alimentos?

Neste ano a sociedade tem assistido, de maneira reiterada, constantes notícias veiculadas pela mídia, que os alimentos estão faltando no mundo e que a escalada de seus preços ameaça a estabilidade. Ou seja, estão causando inflação e, por incrível que pareça, em pleno século XXI, não são suficientes para saciar a fome de milhares de pessoas.

Hoje em dia é comum uma pessoa ter dois, três ou quatro carros em casa, possuir dois ou três celulares, conectar-se à internet e se comunicar com o mundo todo a qualquer momento. Contudo, não se consegue produzir alimentos e fazê-los chegar a quem precisa.

Esse problema parece ser básico e elementar para não ser resolvido de vez. Felizmente, no nosso País os números e as observações das últimas safras têm demonstrado uma situação bem mais confortável e, ao contrário, não temos falta de alimentos. As safras têm aumentado significativamente e os preços, na verdade, estão sofrendo um realinhamento e recuperação de margens de lucro, como a carne, o arroz, o milho e a soja. Outros estão com os preços em queda ou estagnados, como o algodão e a cana-de-açúcar.

Até o início da década de oitenta, o total de grãos produzido no Brasil situava-se na casa dos oitenta milhões de toneladas. A safra atual deve superar a anterior e atingir 140 milhões de toneladas de grãos. Um aumento de 175%, praticamente sem explorar novas áreas e ainda longe de atingir o potencial de produtividade média das principais culturas.

É preciso lembrar que até o início do segundo semestre do ano passado, depois de quatro anos de preços em queda, convivendo com custos crescentes e elevados de mão-de-obra, insumos, combustíveis, metais (aço) e outros, é que, por exemplo, os preços da carne bovina, em nível de produtor, reagiram e atingiram, na média do ano, cerca de R\$ 3,73 o quilo de carne (R\$ 56,00 a arroba). Mesmo assim ficaram abaixo dos níveis do final de 2003.

Para não mirar apenas num produto "de luxo", tem-se ainda o exemplo do arroz, que até o início deste ano, em plena entressafra, era comercializado, no Estado maior produtor Nacional, a R\$ 23,00 a saca de 50 Kg, para o produto de tipo I. Nos anos anteriores foi comercializado abaixo de vinte reais a saca, o que mal remunera o custo de produção. Diante do imperativo do mercado muitos produtores deixaram de produzir, acumularam dívidas, arrendaram suas terras, ou então diminuíram os investimentos na atividade agropecuária.

Esse quadro de depressão continuada de preços, conjugado com um aumento na demanda interna e externa por produtos agrícolas e pecuários, mais um aumento sem igual no preço do petróleo, trouxe consigo, paradoxalmente, um brusco e inesperado aumento no preço dos alimentos, porém, necessário para a sobrevivência dos produtores.

O mercado doméstico não sofre risco algum de desabastecimento, mesmo mantendo-se o ritmo das exportações, pois o potencial de aumento da produção

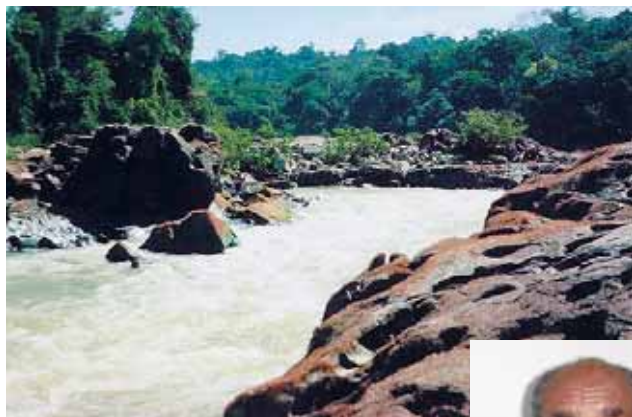


Márcio Sena Pinto  
Eng. Agrônomo – Presidente da Associação  
dos Engenheiros Agrônomos  
de Goiás – AEAGO

de grãos, carnes e de energia renovável (etanol de cana) é imenso, e já vem ocorrendo.

Resta aos brasileiros aproveitar essa janela de oportunidade para tratar o setor como prioritário, criando e disseminando as condições para o aumento da produção de alimentos, disponibilizando crédito de investimento e custeio. Procurando, ao mesmo tempo, sanar os graves problemas de logística, distribuição, armazenagem e de infra-estrutura que encarecem e causam carestia endêmica a todo o setor e, em última instância, à toda sociedade.

## A política de recursos hídricos



As condições hidroclimatológicas, o relevo, a localização central e a disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas dos rios Tocantins, Araguaia, Paranaíba e São Francisco são características que contribuem para o desenvolvimento do Estado de Goiás, e, em consequência, mais intensos são os usos dos recursos hídricos, o potencial de conflitos entre os vários usuários das águas e os riscos de degradação da qualidade dos corpos d'água superficiais e subterrâneos. Esses fatores obrigam que o Estado de Goiás tenha uma política de recursos hídricos moderna e eficiente.

O primeiro órgão no Estado, instituído em 1975, para fazer a gestão das águas, foi o Departamento Estadual de Água, Energia Elétrica e Telecomunicações (DAE), vinculado à Secretaria Estadual de Minas, Energia e Telecomunicações. Esse departamento em 1989 elaborou o regulamento e normas de solicitações de outorga do uso da água. Em 1991 coordenou o primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos, que teve a participação de vários



órgãos estaduais e federais. Após 1991, com a extinção do DAE, a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento assumiu as atribuições relativas aos recursos hídricos. Em 1995 foi criada a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), que atualmente, por intermédio da Superintendência de Recursos Hídricos, é responsável pela gestão dos recursos hídricos no Estado.

A legislação goiana estabelece normas e orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos e dispõe sobre a conservação e proteção de água subterrânea. São dois instrumentos legais, de grande importância para o gerenciamento dos recursos hídricos, porém não estão sendo cumpridos. Salienta-se que o órgão gestor não está cumprindo o que determina a Constituição Estadual, a qual expressa que o Estado elaborará e manterá atualizado o Plano Estadual de Recursos Hídricos e Minerais.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), órgão colegiado deliberativo, no que concerne a formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos, é composto por 27 membros, com mandato de dois anos, sendo 25% de representantes de usuários, 33% da sociedade civil e 42% do poder público. O CERH reúne-

se muito pouco e não possui câmaras técnicas atuantes.

No Estado só existe o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte (Cobamp), em pleno funcionamento desde de 2003. O Comitê da Bacia dos Rios Turvo e dos Bois foi instalado provisoriamente mas não funcionou, pois não dispõe de nenhuma estrutura de apoio técnico-administrativo. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte é composto por representantes de órgãos públicos do Estado e por prefeitos, sendo 40% do plenário, usuários das águas 40% e sociedade civil 20%. Total de 45 membros com seus respectivos suplentes. Até abril de 2008 o Cobamp aprovou 11 deliberações e 3 moções.

Em 10 de junho deste ano foi instalado o Comitê da Bacia do Rio Paranaíba, que será um comitê federal de integração, com a participação dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

O Estado tem leis e entidades para fazer uma boa gestão de recursos hídricos. Falta o cumprimento das leis, uma maior quantidade de técnicos para órgão gestor, vontade política para dar apoio à gestão dos recursos hídricos, um fundo estadual para os recursos hídricos e um sistema de informação com instalação de rede hidrológica, visando prestar informações técnicas para implementar os instrumentos de gestão.

*Marcos Correntino*

*Engenheiro eletricista, especialista em hidrologia e recursos hídricos e gerente de relações institucionais e desenvolvimento da CPRM em Goiânia*

## Estatuto do pedestre

Até quando iremos nos indignar com as calçadas da nossa cidade? Até quando o carro terá prioridade diante do pedestre? Tenho percebido que a tolerância de uma boa parcela da população está se esgotando e sinto que alguma coisa boa está por vir. Talvez a grande inércia dessa estagnação possa se romper com a regulamentação do estatuto do pedestre, criado pela vereadora Cida Siqueira.

Quais são os direitos e deveres dos pedestres? De quem é a responsabilidade das calçadas? O que se deve ou não conter em uma calçada? Estes são alguns dos questionamentos que terão suas respostas no estatuto do pedestre.

É possível imaginarmos nossa cidade com ciclovias? Muitas pessoas ainda não acreditam nessa possibilidade, mesmo a topografia de Goiânia sendo fa-

vorável a este caso. Se pudéssemos substituir a quantidade de motos presentes hoje em Goiânia por bicicletas, já seria um avanço extraordinário. O grande problema é que possivelmente viveríamos um caos, caso não haja ciclovias delimitando o espaço para esse meio de transporte. Por que não pensar que seria também uma solução para os puxadores de papel, pois deixariam de disputar espaço com os veículos automotores e compartilhariam o espaço com os ciclistas. Ciclovias também é assunto do estatuto do pedestre.

Pedestre poderá ser penalizado com multas, caso despreze as regras. O mesmo acontecerá com concessionárias ou permissionárias.

Enquanto se pensam em alargar as vias, suprimindo o tamanho das calça-

das, para que possam suportar mais carros nas ruas, o caminho deveria ser o oposto. Promover uma completa reestruturação dos passeios públicos e transporte coletivos, para que possam garantir a mobilidade plena dos pedestres, a fim de desafogar o trânsito de nossa cidade com veículos de passeio. Medida que também fará parte do conselho do pedestre que, ao meu ver, deve estar presente em uma das secretarias do governo.

Estamos ávidos pela implementação dessas medidas e é preciso uma contínua informação, planejamento e, acima de tudo, ação para que possamos romper a inércia, ao qual estamos estagnados.

*Augusto Fernandes*

*Engenheiro Civil, membro do grupo de acessibilidade do CREA-GO*

# Viadutos na Avenida 85: eles resolvem o problema do trânsito?

É preciso analisar a construção de viadutos, do ponto de vista da engenharia de tráfego, no que diz respeito aos estágios de tratamentos de interseções. Estas, por se constituírem em locais com grande chance dos veículos se colidirem, de forma mais severa, tem, normalmente, atenção especial dos técnicos. Pode-se identificar os seguintes estágios no tratamento desses pontos de interseção ou pontos de conflito do direito de passagem:



Condições nas interseções	Tratamento
Estágio 1 Baixas velocidades, baixos volumes de tráfego e baixa ocorrência de acidentes	Regra do CTB (prioridade de passagem ao condutor que está à direita)
Estágio 2 Volumes de tráfego médios e baixa ocorrência de acidentes	Define-se a via preferencial colocando-se o sinal de preferência (R2) na outra via
Estágio 3 Volumes de tráfego médios e ocorrência mais alta de acidentes	Define-se a via preferencial colocando-se o sinal com PARE (R1) na outra via
Estágio 4 Volumes de tráfego altos, porém, não se justificando ainda a instalação de semáforos	Instalação de rotatória
Estágio 5 Volumes de tráfego altos onde a instalação de rotatória mostra-se ineficaz	Instalação de semáforos
Estágio 6 Volumes de tráfego altos, altos tempos de espera na interseção, dissipação lenta das filas	Interseção em níveis diferentes (construção de viadutos e trincheiras)

Do ponto de vista da Engenharia de Tráfego, que persegue o objetivo de proporcionar fluidez aos veículos nas vias, parece que a medida é apropriada, posto que as condições nas duas interseções já se encontravam no “Estágio 6” e medidas de otimização das condições de operação da via, já haviam supostamente sido tomadas.

Do ponto de vista de um planejamento, mesmo que de médio prazo para a cidade, a medida se constitui em uma intervenção local, de caráter reativo e paliativo. Nenhuma das duas intervenções irá resolver, assim como as intervenções realizadas nos demais estágios também não resolvem. E não vai resolver porque Goiânia é

muito diferente de outras cidades do Brasil ou de outras partes do mundo.

De que adianta a construção de dois viadutos (ou trincheiras) na Avenida 85, se a motorização privada continua a aumentar? Se inexistir uma rede de infra-estrutura para os modos não – motorizados, como a bicicleta! Se os passeios são desnivelados, esburacados, repleto de barreiras físicas, que são entraves para os deslocamentos a pé! O espraiamento urbano é descontrolado, assim como a pressão imobiliária pela expansão constante das cidades, o que cria dependência cada vez maior do carro. Inexistem políticas de disciplinamento do uso do carro!

A construção dos viadutos/trincheiras na Avenida 85 se justifica somente dentro de um quadro em que se privilegia a visão de curto prazo, objetivando exclusivamente dar respostas aos usuários de automóveis. O tratamento privilegiado recebido pelos carros serve de estímulo à continuidade do seu uso e, ao mesmo tempo, induz seus usuários a desprezar os pedestres, ciclistas e passageiros do transporte coletivo que são, via de regra, pessoas de menor renda. Cria-se uma categoria de *cidadãos de segunda categoria*, em que o direito de ir e vir fica submetido ao direito do carro, cujo uso e abuso são legitimados por essa política pública equivocada.

Afinal, em que cidade nós goianienses queremos viver amanhã? A resposta a esta pergunta é que deveria nortear objetivos estratégicos de médio e longo prazos e conseqüentemente definir os planos, ações e projetos para a mobilidade da nossa cidade.

Diante do quadro que se tem atualmente é imprescindível reconhecer que os problemas de circulação urbana têm natureza sistêmica, onde nenhum

modo, isoladamente, é capaz de resolver as complexas necessidades dos deslocamentos diários urbanos. Por isso mesmo todos os modos e infra-estruturas, para a circulação urbana, devem se integrar e complementar, de forma a se constituírem em uma verdadeira rede.

Do ponto de vista de políticas públicas, a sustentabilidade das cidades, com qualidade de vida, deve se apoiar em pelo menos quatro pilares: planejamento integrado entre o transporte e o uso do solo; melhoria do transporte coletivo, com tarifas módicas; promoção da circulação não-motorizada e o uso racional do automóvel.

Fazer diferente e obter resultados diferentes, para a cidade em que queremos viver amanhã, não é uma questão somente de projetos e intervenções de Engenharia de Tráfego. Isso nós engenheiros sabemos fazer e muito bem. A decisão de fazer diferente e não copiar as soluções convencionais, que não estão dando certo em nenhum lugar do mundo, é fruto de um planejamento estratégico, de médio e longo prazos, cujo nível de decisão está no âmbito político. É nesse nível que devemos estar atentos e influenciar, se queremos realmente viver em uma Goiânia com qualidade de vida, amanhã!



Márcia Helena Macedo  
Profa. da Escola de Engenharia Civil da UFG  
Doutora em transporte